

Encontro Nacional de Saúde debate adoecimento da categoria e prepara pauta para a Campanha Nacional

O Encontro Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) Bancário(a), realizado na sede da Contraf-CUT, entre quarta e quinta-feira (22 e 23), reuniu dirigentes sindicais de diversas regiões do país para debater o cenário de adoecimento da categoria e construir propostas que irão subsidiar a Campanha Nacional dos Bancários de 2026.

O objetivo foi organizar a luta por melhores condições de trabalho que preservem a saúde dos trabalhadores do sistema financeiro, com atualização da pauta de reivindicações diante das transformações recentes no setor.

Entre os principais temas debatidos estiveram os riscos psicossociais relacionados ao trabalho, o crescimento do adoecimento psíquico e o avanço do assédio moral organizacional, com destaque para o assédio algorítmico e a vigilância digital utilizados para intensificar o controle e a cobrança por resultados.

Os participantes apontaram que a gestão por estresse, associada a sistemas de avaliação de desempenho, remuneração variável e uso intensivo de tecnologias de monitoramento, tem ampliado o sofrimento psíquico, o esgotamento e o afastamento de trabalhadores.

O encontro também destacou a falta de políticas reais de prevenção por parte dos bancos. De acordo com os dirigentes, os serviços médicos das instituições seguem subordinados à lógica da produtividade, enquanto trabalhadores adoecidos enfrentam dificuldades para acessar tratamento, reconhecimento do nexos ocupacional e benefícios previdenciários junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

As discussões do Encontro Nacional de Saúde servirão como base para as conferências regionais e estaduais e para a construção final da pauta nacional de reivindicações dos trabalhadores do ramo financeiro.

O segundo dia foi marcado pelo lançamento da cartilha “Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho no Setor Financeiro — Identificação, Intervenção e Monitoramento”. Elaborada pela professora Cristiane Queiroz, especialista em ergonomia e sistemas de produção, a publicação aborda as mudanças previstas nas normas de segurança e saúde do trabalho que tornam obrigatória, a partir de 2026, a gestão dos riscos psicossociais pelas empresas brasileiras dentro do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), conforme a Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1).

O material parte do reconhecimento de que as transformações recentes no mundo do trabalho — impulsionadas pela digitalização, automação e pressão permanente por resultados — ampliaram fatores de adoecimento mental entre trabalhadores e trabalhadoras.

A proposta é ampliar a compreensão sobre a relação entre indivíduo, organização e ambiente laboral, buscando preservar a dignidade dos trabalhadores e a sustentabilidade das instituições.